

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO / PRÉ-QUALIFICAÇÃO

TERMO DE CREDENCIAMENTO / PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1214/2026

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 001/2026

INEXIGIBILIDADE Nº ____/2026

O **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.640/0001-08, com sede administrativa na Avenida Rio Grande do Sul, nº 130, Centro, Dois Vizinhos/PR, neste ato representado por sua autoridade competente, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADA/PÉ-QUALIFICADA**, resolvem firmar o presente **Termo de Credenciamento/Pré-Qualificação**, conforme as disposições do Edital de Pré-Qualificação nº 001/2026, do Processo Administrativo nº 1214/2026, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.562/2021 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento/pré-qualificação da empresa acima identificada, considerada apta a participar de futura licitação destinada à alienação de imóvel público municipal no âmbito do **Programa de Incentivo de Fomento à Produção do Município de Dois Vizinhos**, voltado à instalação ou ampliação de empreendimento produtivo, com geração de emprego, renda, desenvolvimento econômico e inovação.

Parágrafo único. A empresa fica pré-qualificada para o(s) seguinte(s) item(ns)/lote(s), conforme análise realizada no procedimento administrativo:

Item/Lote nº: _____

Descrição do imóvel: _____

Matrícula nº: _____

Atividade econômica pretendida: _____

Finalidade do empreendimento: _____

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO/PÉ-QUALIFICAÇÃO

O presente Termo possui natureza exclusivamente habilitatória e preparatória, servindo apenas para registrar que a empresa atendeu, nesta fase, às condições mínimas exigidas no Edital de Pré-Qualificação nº 001/2026.

§1º. O credenciamento/pré-qualificação não implica promessa de alienação, contratação, posse, uso, cessão, transferência de propriedade ou qualquer outro direito real ou pessoal sobre imóvel público municipal.

§2º. A assinatura deste Termo não gera direito subjetivo à aquisição do imóvel, nem dispensa a participação da empresa em futura licitação, que será instaurada por edital próprio, caso haja conveniência e oportunidade administrativa.

§3º. A futura alienação, se realizada, observará as condições específicas do edital posterior, da legislação municipal aplicável, da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos demais atos integrantes do respectivo processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo fundamenta-se especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no procedimento auxiliar de pré-qualificação, na Lei Municipal nº 2.562/2021 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 2.570/2021, no Decreto Municipal nº 23052/2026, no Edital de Pré-Qualificação nº 001/2026 e nos demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 1214/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência vinculada ao prazo de validade da pré-qualificação, que será de **12 (doze) meses**, contados da publicação do resultado definitivo no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser atualizado, suspenso, revogado ou anulado na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. Durante a vigência da pré-qualificação, o Município poderá instaurar uma ou mais licitações posteriores, restritas às empresas pré-qualificadas para o respectivo item/lote, desde que mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA/PÉ-QUALIFICADA

São obrigações da empresa credenciada/pré-qualificada:

I – manter, durante toda a vigência deste Termo e até eventual licitação posterior, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica, operacional, urbanística e ambiental exigidas no edital;

II – comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração societária, fiscal, cadastral, econômica, técnica, operacional ou jurídica que possa afetar sua condição de pré-qualificada;

III – manter a compatibilidade entre a atividade econômica declarada, o CNAE, o projeto de implantação ou ampliação e a destinação urbanística e ambiental do imóvel pretendido;

IV – apresentar, sempre que solicitado, documentos complementares, certidões atualizadas, informações técnicas, comprovações de regularidade ou esclarecimentos necessários à análise e fiscalização do procedimento;

V – observar integralmente a legislação ambiental, urbanística, sanitária, trabalhista, previdenciária, tributária e demais normas aplicáveis à atividade pretendida;

VI – responsabilizar-se pela veracidade, autenticidade e atualização das informações e documentos apresentados no procedimento de pré-qualificação;

VII – cumprir, caso venha a vencer futura licitação, as obrigações, encargos, prazos e contrapartidas previstos na legislação municipal, no edital posterior, no contrato de compra e venda com encargos e na proposta apresentada;

VIII – não utilizar o presente Termo como autorização para ocupar, explorar, intervir, construir, transferir, ceder ou exercer qualquer domínio sobre imóvel público municipal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

I – manter a publicidade dos atos relativos ao procedimento de pré-qualificação, nos termos da legislação aplicável;

II – assegurar tratamento isonômico entre as empresas interessadas e pré-qualificadas;

III – analisar, por meio dos órgãos competentes, a documentação apresentada pela empresa;

IV – comunicar formalmente eventual suspensão, revogação, anulação, desqualificação ou alteração das condições da pré-qualificação;

V – instaurar futura licitação apenas se houver conveniência e oportunidade administrativa, disponibilidade do imóvel, interesse público, autorização legal e atendimento aos requisitos normativos aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FUTURA LICITAÇÃO

A empresa credenciada/pré-qualificada poderá ser convocada ou admitida a participar de futura licitação para alienação do imóvel correspondente ao item/lote para o qual foi considerada apta, observadas as regras do edital posterior.

§1º. A futura licitação será realizada por instrumento convocatório próprio, no qual serão definidos o critério de julgamento, o valor mínimo, as condições de pagamento, as obrigações da adquirente, os prazos de implantação, as penalidades, as hipóteses de reversão e demais regras aplicáveis.

§2º. A pré-qualificação não substitui a necessidade de apresentação de documentos atualizados na fase posterior, caso exigidos no edital da futura licitação.

§3º. A empresa somente poderá participar da futura licitação em relação ao(s) item(ns)/lote(s) para o(s) qual(is) tiver sido expressamente pré-qualificada.

CLÁUSULA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE DIREITO À INDENIZAÇÃO

A empresa credenciada/pré-qualificada declara estar ciente de que a participação no procedimento e a assinatura deste Termo não geram direito a indenização,

ressarcimento ou reembolso de despesas decorrentes da elaboração de documentos, estudos, projetos, propostas, levantamentos, diligências ou quaisquer outros custos assumidos pela interessada.

Parágrafo único. A eventual revogação, suspensão, anulação, retificação do procedimento ou não realização da futura licitação não gerará direito a indenização, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA DESQUALIFICAÇÃO

A empresa poderá ser desqualificada a qualquer tempo, mediante decisão motivada, caso:

I – deixe de atender às condições exigidas no edital;

II – apresente informação falsa, incompleta, incompatível ou inidônea;

III – perca condição essencial de regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, econômico-financeira, técnica, ambiental ou urbanística;

IV – deixe de atender diligência indispensável à análise do procedimento;

V – pratique ato contrário aos princípios da Administração Pública;

VI – incorra em impedimento legal ou fato superveniente que inviabilize sua participação na futura licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A empresa declara ciência de que os dados pessoais fornecidos no procedimento serão tratados pelo Município para fins de cumprimento de obrigação legal, instrução processual, análise administrativa, controle interno e externo, publicidade dos atos, transparência pública e fiscalização, observada a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

O presente Termo poderá ser publicado, resumidamente ou em sua íntegra, nos meios oficiais de divulgação do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Diário Oficial do Município e em outros meios legalmente exigidos, em observância aos princípios da publicidade e transparência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A assinatura deste Termo implica aceitação integral das condições previstas no Edital de Pré-Qualificação nº 001/2026, em seus anexos, na legislação municipal de fomento, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos demais atos integrantes do Processo Administrativo nº 1214/2026.

§1º. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, com apoio da Procuradoria Jurídica, do Controle

Interno, do Conselho de Fomento à Produção e demais órgãos competentes, conforme a matéria.

§2º. Fica eleito o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Dois Vizinhos/PR, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Representante legal: _____

Cargo: _____

EMPRESA CREDENCIADA/PÉ-QUALIFICADA

Razão social: _____

CNPJ: _____

Representante legal: _____

CPF: _____

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____

2. CPF: _____

3. Nome: _____

4. CPF: _____